

Reproduzir

14:34:50

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA**

**Bianca de Paula Roque**

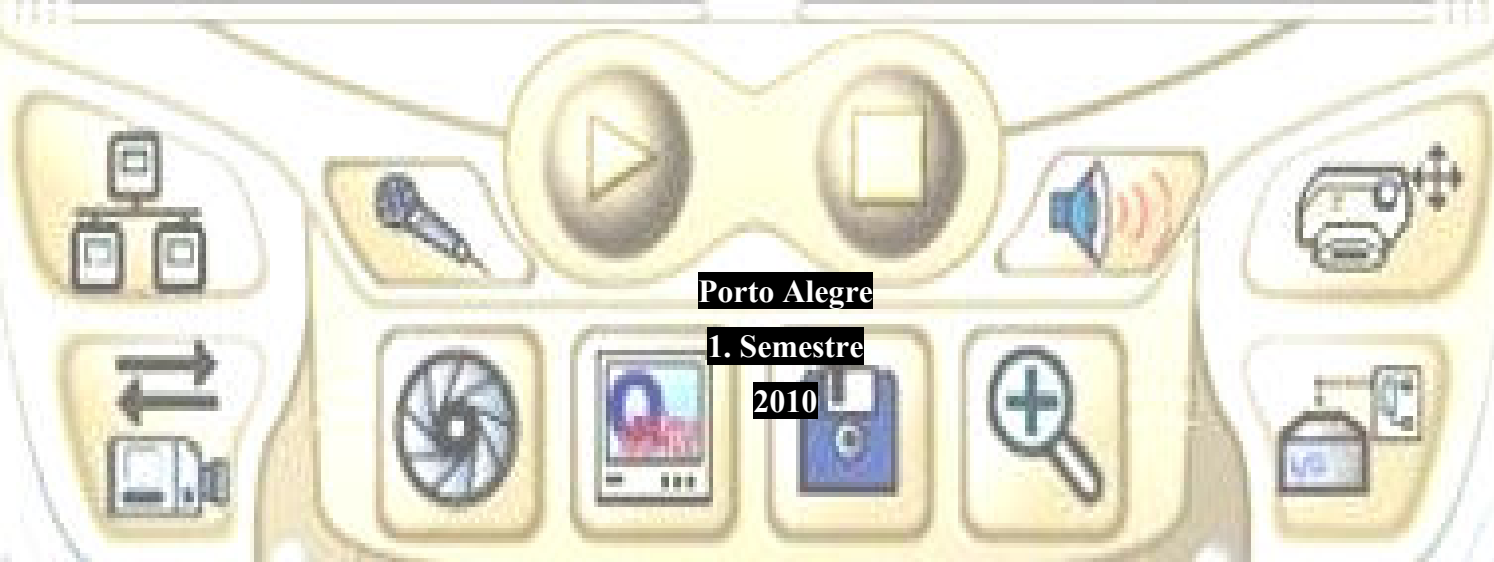
**LITTLE BROTHER(S):**

**sobre o monitoramento de câmeras nas escolas de educação infantil**

**Porto Alegre**

**1. Semestre**

**2010**



Bianca de Paula Roque

**LITTLE BROTHER(S):  
sobre o monitoramento de câmeras nas escolas de educação infantil**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia-Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms<sup>a</sup>. Maria Bernadette Castro Rodrigues

Porto Alegre

1º Semestre

2010

## AGRADEÇO

... ao trabalho minucioso, exigente e atento da professora Maria Bernadette Castro Rodrigues, minha orientadora, sempre amiga, alegre e presente.

...à professora Cláudia Amaral dos Santos, pelo acompanhamento constante deste trabalho durante o semestre.

... a minha amiga Camila Camargo Prates, por ter estado ao meu lado sempre quando precisei de ajuda, e pela atenção desprendida decorrente dos meus anseios e das minhas dúvidas à respeito deste trabalho.

... aos meus pais, Cláudia de Paula Roque e Edison Viana Roque por possibilitar o conforto de um lar repleto de amor e carinho.

... a meu namorado Eduardo Platzer Fetter, por me lembrar diariamente que este trabalho não era um “bicho de sete cabeças”, e por me confortar, me amparar e me amar.

“Não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento em espaço aberto, animal numa reserva, homem numa empresa.” (DELEUZE,1992,p.224).

## RESUMO

Este trabalho deteve-se no estudo sobre o monitoramento de câmeras com acesso on-line na sala de aula, adotado em escolas de educação infantil situadas na região metropolitana de Porto Alegre/RS. Ao entender que esse tipo de vigilância é amparado pela lógica de uma sociedade pós-moderna (de consumo, de controle), essa investigação consistiu em apontar discursos que possam justificar esse monitoramento. Além disso, buscou-se que ações estão sendo produzidas a partir da visibilidade proporcionada pelas câmeras na sala de aula, ou seja, como estão sendo produzidas as subjetividades de professoras e crianças. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com uma diretora, uma mãe e três professoras. As análises apoiam-se nas abordagens de Michel Foucault e autores como Gilles Deleuze, Cristianne Rocha, Cláudia Santos, Rosa Fischer. Entre as considerações desse estudo foi possível apontar os discursos médicos que sustentam a necessidade do cuidado fecundo das famílias às crianças menores de 3 anos e os discursos da mídia que, ao ressaltarem o aumento da violência, justificam a necessidade das novas tecnologias no ambiente escolar para assegurar proteção. Quanto à produção de subjetividades, foi possível detectar investimentos para além do cuidado à criança pautando-se no corpo da professora. Ademais, foi percebido um autogoverno da professora e estratégias de resistência às câmeras. Quanto às crianças foi observada uma manifestação daquelas com idade mais avançada (4 e 5 anos), diante dessa tecnologia.

Palavras-chave: câmeras on-line nas salas de aula da educação infantil; vigilância na educação infantil; discursos sobre monitoramento nas escolas de educação infantil.

## SUMÁRIO

<b>1 DO ÍNICIO...</b> .....	07
1.1 CÁ ESTOU... .....	09
<b>2 OS ESPAÇOS E OS CONTROLES</b> .....	11
2.1 SOCIEDADES DE CONTROLE E O MONITORAMENTO DE CÂMERAS .....	14
<b>3 OS DISCURSOS SOBRE AS CÂMERAS</b> .....	17
3.1 DISCURSOS MÉDICOS .....	18
3.2 DISCURSOS DA MÍDIA .....	24
<b>4 IMPLICAÇÕES NA AÇÃO DOCENTE</b> .....	29
4.1 O GOVERNO DO CORPO .....	30
4.2 DO AUTOGOVERNO DA PROFESSORA À SUA RESISTÊNCIA .....	32
4.3 AS MANIFESTAÇÕES DAS CRIANÇAS .....	34
<b>5 ENFIM, ASSIM FIZ...</b> .....	36
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	39

## 1 DO ÍNICIO...

De olho na “escolinha”<sup>1</sup>! O monitoramento de salas de aula nas escolas é um assunto polêmico e ao mesmo tempo instigante. Há anos atrás, não se poderia imaginar que através da internet poderíamos assistir a um “Big Brother Brasil”, longe dos estúdios do PROJAC da Rede Globo, um verdadeiro show da vida real de crianças e professores em suas rotinas escolares.

Na minha busca por um tema de pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – fiz uma retomada dos estudos, das disciplinas, dos autores e até dos professores do Curso de Pedagogia para detectar um tópico de meu interesse. Foi para além do curso e da faculdade, nas conversas informais com familiares e amigos sobre “novas?” abordagens educativas que me deparei com o assunto a respeito da utilização de equipamentos de monitoramento nas salas de aula, cada vez mais recorrentes na região metropolitana de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro.

A respeito da temática, recorro meus tempos de Ensino Médio em 2004, quando no meu último ano foram instaladas no interior da escola, de ensino particular, câmeras de vigilância. Lembro-me da revolta dos colegas e da sensação estranha enquanto andava pelo pátio (ficariam fiscalizando todos os meus passos, pensava), uma angústia, que só piorou naqueles tempos difíceis... Mas os meus sentimentos e sobre o porquê me sentia assim não é a grande questão. Nessas lembranças, o que é relevante, foi o episódio que ocorreu com a “turma do barulho” da minha sala que foi pega no flagrante pelas câmeras, destruindo o boneco, enfeite de porta, da turma da pré-escola. O ato trouxe repercussões em toda escola, sobre o comportamento de meu colega que contestava a veracidade das imagens, a prova de sua infração. O grande lapso de memória é que não me recordo como tudo terminou, mas lembro que nada aconteceu ao aluno, porque continuou a estudar comigo até o fim daquele ano e, também, não foi de meu conhecimento como a escola procedeu frente àquelas imagens reveladoras.

A curiosidade sobre o assunto que me instigou na escolha para a investigação. De acordo com a reportagem “De olhos neles”, lançada pela revista Crescer em agosto de 2005, a

---

<sup>1</sup> Refiro-me à palavra “escolinha”, termo que muito repudio, mas neste trabalho faço uso dele num tom de ironia; vale mencionar que o monitoramento on-line vem ganhando espaço nas salas infantis. A palavra “escolinha” é muito usada para nomear as escolas de educação infantil. Afinal, por muito tempo as escolas infantis foram vistas como um lugar para “guardar as crianças” enquanto os pais trabalhavam, entretendo-as com passatempos e brincadeiras. Um espaço meramente voltado ao cuidado, guardando-as até a fase de ingressar a escola “de verdade”: o ensino fundamental. O diminutivo “escolinha” se refere ao desmerecimento da educação às crianças pequenas (BUJES, 2001).

empresa Câmera Web, que mantém o site Pátio Virtual<sup>2</sup>, de São Paulo, existente desde 2002, presta serviço de monitoramento a vinte escolas particulares na cidade. E, de acordo com a psicóloga Lidia Weber, professora da Universidade do Paraná, e entrevistada pela revista referida, a “vigilância” com câmeras em espaços públicos é algo irreversível, cabendo uma avaliação da “finalidade do uso desse tipo de tecnologia, seja no elevador, seja no playground dos filhos<sup>3</sup>.” Três anos depois da primeira reportagem, a Revista Crescer volta ao assunto em “Vigiar ou Cuidar”<sup>4</sup>, em janeiro de 2008, e assinala uma irreversibilidade do monitoramento devido ao diferencial de mercado que promove para escolas particulares.

Para além de um *plus* mercadológico para as escolas particulares, o monitoramento de câmeras, também, é realidade entre as escolas públicas. Na Câmara dos Deputados, tramita o Projeto de Lei 7000/10, de autoria do deputado Francisco Rossi (PMDB-SP), que prevê a obrigatoriedade de escolas públicas e particulares de educação infantil a instalarem equipamentos de vigilância eletrônica, como câmeras de vídeo, nas salas de aula. O objetivo, do projeto, de acordo com o deputado, é evitar que crianças menores seis anos de idade sejam vítimas de violência praticada por professores<sup>5</sup>. No Distrito Federal, é lei! Aprovada em 18 de dezembro de 2007, pela Câmara Legislativa do DF, a Lei nº 4.058, prevê para até o final de 2010 que todas as escolas públicas do DF deverão contar com o monitoramento de câmeras de vídeo com intuito de garantir a segurança dos alunos e funcionários, assim como evitar pichações e depredações do patrimônio público. Logo, um serviço que começou para as escolas particulares, passa a se estender para a educação básica pública, no qual é estimado um gasto R\$ 70 milhões aos cofres públicos da região para os equipamentos<sup>6</sup>.

Sobre o monitoramento, Leila Bergmann (2009) aludi ao trabalho de Paulo Virillo e Andrés Vitalis e destaca que os primeiros sistemas de vídeo de vigilância foram instalados na Europa, no início da década de 1970, contra possíveis depredações dos patrimônios, para o controle do tráfego, para a segurança dos bancos e, que ao longo dos anos 80, essas tecnologias foram ganhando espaços em outras dependências.

No Brasil, hoje é possível ver as câmeras de vigilância em postos de gasolina, prédios, estabelecimentos de luxo ou comerciais, nas ruas, nos transportes coletivos, nos bancos, enfim, há muitos deles. No município de Porto Alegre, a moda tecnológica, em escolas

<sup>2</sup> Sobre a empresa Pátio Virtual, informações no site: <http://www.patiovirtual.com.br/>

<sup>3</sup> <http://revistacrescer.globo.com/Crescer/0,19125,EFC1010389-2213,00.html>. Acesso em 02/02/2010.

<sup>4</sup> <http://revistacrescer.globo.com/Crescer/0,19125,EFC1667124-2210-2,00.html>. Acesso em 02/02/2010

<sup>5</sup> [http://www.nota10.com.br/noticia-detalle/2497\\_PL-preve-instalacao-de-cameras-de-video-em-escolas](http://www.nota10.com.br/noticia-detalle/2497_PL-preve-instalacao-de-cameras-de-video-em-escolas)- Acesso em 21/06/2010.

<sup>6</sup> Dados retirados do Jornal Eu Estudante no site: <http://www.correioweb.com.br/euestudante/noticias.php?id=6646> Acesso em 03/02/10.



particulares que atendem a educação infantil, também ganha espaço. De acordo com o Guia da escola- ZH<sup>7</sup>, dez escolas do município já prestam serviço de monitoramento nas salas de aula via on-line, vinte e seis escolas tem monitoramento interno (nos corredores e demais dependências) e trinta e cinco escolas tem monitoramento externo (entrada e saída). Esse tipo de tecnologia com acesso on-line parece avançar pelos portões de entrada, corredores e demais dependências, chegando às salas de aula. Ao perceber que em Porto Alegre o monitoramento em sala de aula é de grande incidência nas escolas de educação infantil, sistematizei a minha questão orientadora para esse estudo: Por que se monitorar as salas de aulas de crianças menores de cinco anos?

## 1.2 CÁ ESTOU...

Destaco que o controle sobre as escolas, apesar de não ser mediada por câmeras de vigilância, existe. Segundo Cristianne Rocha (2002), em se tratando do exercício de controle, a escola não se modificou, estando ele sempre aí, disciplinando, vigiando e educando. E se algo se modificou foi o “como” este exercício vem sendo realizado nos diferentes espaços escolares. Minha proposta de estudo foi analisar as repercussões sobre a utilização do monitoramento com acesso on-line em salas de aula de escolas particulares na região metropolitana de Porto Alegre, na qual procurei estabelecer relações com a lógica atual de sociedade em que vivemos (disciplinar e de controle). Os objetivos que nortearam esse estudo foram destacar os discursos que sustentam a utilização das câmeras em sala de aula e perceber as implicações dessas câmeras nas práticas pedagógicas com intuito de apontar o quanto essas produzem subjetividades, identidades e comportamentos.

Recorri aos estudos de Michel Foucault, especificamente, nos seus conceitos de corpo, poder, saber, governo, biopolítica para que eu pudesse lançar outro olhar sobre o monitoramento, a fim de analisar questões e matizar discursos, não os vendo como ideologias que visam defender a posição privilegiada de determinado grupo sobre outro (como por exemplo, privilegiar a posição das professoras sobre as empregadoras e os pais). Foram colaboradoras das análises apresentadas autores como Gilles Deleuze, Rosa Fischer, Cristianne Rocha e Cláudia Santos.

---

<sup>7</sup> Caderno especial do Jornal Zero hora publicado no dia 29 de agosto de 2009 em sua 11ª edição. As informações retiradas do guia só procuraram por escolas que englobam a Ed. Infantil, todas particulares, mas estima-se que o número seja maior se tomarmos as escolas estaduais e municipais do município, e as que atendem apenas ensino fundamental, médio, técnicos e profissionalizantes.

Para o estudo, entrevistei uma diretora de uma escola infantil, uma mãe e três professoras<sup>8</sup> que tiveram contato com o serviço de monitoramento de câmeras on-line em escolas infantis. A escolha dessas pessoas baseou-se na leitura dos trabalhos realizados sobre as câmeras utilizadas em salas de aula, do qual percebi que o ponto de vista sobre a utilização do serviço se alterava, dependendo da posição ocupada pelos indivíduos que tiveram uma experiência com essa tecnologia, ou seja, o ponto de vista da mãe, não necessariamente vinha ao encontro do que a professora falava sobre o monitoramento. Além disso, tanto o trabalho de Leila Bergmann (2009) quanto o de Cassiana da Silva (2009), incluíram em suas pesquisas, indivíduos que não haviam tido qualquer experiência com o monitoramento em sala de aula, o que me instigou a delimitar as entrevistas para, apenas, pessoas que tiveram uma experiência com salas de aula monitoradas.

Vale mencionar que as entrevistadas têm suas experiências em escolas diferentes, localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre e o atendimento se direciona a famílias de classe média e alta. Apoiei-me em um roteiro para a realização das entrevistas, embora a condução das mesmas tenha sido aberta.<sup>9</sup> Decidi entrevistar essas pessoas, após tentativas de

---

<sup>8</sup> As três professoras atuaram como estagiárias (meio período) em salas monitoradas de escolas particulares, pois estavam cursando graduação em Pedagogia – Licenciatura.

<sup>9</sup> Roteiro de entrevista para a professora: Há quanto tempo a instituição adota o uso de câmeras? ; No teu entender, este serviço oferecido pela escola colabora na opção de escolha do estabelecimento pelos pais? Justifica tua resposta com exemplos.; A decisão do uso de câmeras foi discutida com as/os professoras/es? Houve reuniões? Participaste dessa decisão? De que forma?; No teu entender, o uso de câmeras pelas escolas é um procedimento em expansão a ser adotado pelos estabelecimentos de ensino? No caso afirmativo, na tua opinião quais as razões dessa expansão? No caso negativo, na tua opinião, o que pode impedir essa expansão?; Já atuaste como professora em situações de não monitoramento? No caso afirmativo, percebes diferenças no teu agir entre a situação de não monitoramento e monitoramento? Justifica tua resposta com exemplos.; Como tu te sentes em função do monitoramento? ; No teu entender há diferença na atuação docente entre uma situação de monitoramento/uso de câmeras e o não monitoramento? Justifica tua resposta com exemplos.; Tens conhecimento se tua opinião coincide com a opinião de tuas colegas? Escutas as opiniões de tuas colegas sobre esse assunto (monitoramento)? Esse assunto é comentado entre as/os professoras/es? O que dizem?; Na tua opinião o trabalho docente é uma atividade pública ou privada? Justifica tua resposta com exemplos.; Qual a tua opinião sobre o uso de câmeras de vídeo na escola? ; As crianças da turma em que atuas sabem que estão sendo filmadas? Como agem diante disso? Como se portam diante das câmeras?; Na tua opinião, a utilização do monitoramento pode contribuir na educação das crianças? Justifica tua resposta com exemplos.

Roteiro de entrevista para a diretora: Quais as razões da escola ter optado pela oferta de serviço do monitoramento nas salas de aula?; Que empresa fornece o serviço? Como a escola conheceu a empresa? Há algum material que a empresa disponibilizou para a escola?; Como funciona o serviço? Quais os espaços na escola que são monitorados? Os pais têm direito de acesso a todos os pontos?; Há quanto tempo a instituição adota o uso de câmeras?; Qual a tua opinião sobre o uso de câmeras de vídeo na escola?; No teu entender, este serviço oferecido pela escola colabora na opção de escolha do estabelecimento pelos pais? Justifica tua resposta com exemplos.; A decisão do uso de câmeras foi discutida com as/os professoras/es e com os pais? Houve reuniões? Participaste dessa decisão? De que forma?; No teu entender, o uso de câmeras pelas escolas é um procedimento em expansão a ser adotado pelos estabelecimentos de ensino? No caso afirmativo, na tua opinião quais as razões dessa expansão? No caso negativo, na tua opinião, o que pode impedir essa expansão?; Como tu te sentes em função do monitoramento?; No teu entender há diferença na atuação docente entre uma situação de monitoramento/uso de câmeras e o não monitoramento? Justifica tua resposta com exemplos.; Tens conhecimento se o monitoramento é comentado entre professoras/es e pais? O que dizem?; Na tua opinião o trabalho docente é uma atividade pública ou privada? Justifica tua resposta com exemplos.; As crianças sabem

observação e entrevistas numa mesma escola infantil. Contatei, para obter autorização de acesso, algumas escolas infantis com monitoramento de câmeras on-line, entretanto não tive sucesso para efetivar um estudo de caso, pois pude perceber certa desconfiança diante de minha abordagem, houve uma atitude ressabiada pela exposição que acabaria acontecendo. Uma entrevista sobre as câmeras é um assunto polêmico, produtor de tensões, portanto, o sigilo entre os envolvidos torna-se necessário a fim de não coagir as opiniões dos entrevistados e prejudicar a proposta deste trabalho.

Em consulta<sup>10</sup> sobre trabalhos acadêmicos (artigos, Teses, Dissertações, TCC) no Google Acadêmico, Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SABI), no Banco de Dados Bibliográficos da USP (DEDALUS), no Sistema de Bibliotecas da ULBRA, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRGS (LUME), no Portal Domínio Público do Governo Federal, no Banco de Teses da CAPES foram encontrados poucos trabalhos referentes ao tema. Ademais, no que se refere ao estudo desse TCC, monitoramento de câmeras nas escolas infantis, nenhum trabalho foi encontrado, com a abordagem pós estruturalista, tendo problematizações junto aos estudos de Foucault e Deleuze.

O capítulo “*Os espaços e os controles*” versou sobre como o corpo individual e o corpo coletivo (massa populacional) já sofrem investimentos, ou seja, já são alvos de um campo de visibilidade sem a utilização de tecnologias, para se melhor aproveitá-lo. Também, abrangeu o conceito de governo e procurou caracterizar uma transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle. O capítulo “*Discursos sobre as câmeras*” abordou a noção do conceito “discurso” para este trabalho e destacou os discursos médicos e

---

que estão sendo filmadas? Como agem diante disso? Como se portam diante das câmeras?; Na tua opinião, a utilização do monitoramento pode contribuir na educação das crianças? Justifica tua resposta com exemplos.

Roteiro de entrevista para a mãe: Este serviço oferecido pela escola colaborou na opção de escolha do estabelecimento para ingresso do seu/sua filho/filha? Justifica tua resposta com exemplos.; A decisão do uso de câmeras foi discutida com os pais? Houve reuniões? Participaste dessa decisão? De que forma?; No teu entender, o uso de câmeras pelas escolas é um procedimento em expansão a ser adotado pelos estabelecimentos de ensino? No caso afirmativo, na tua opinião quais as razões dessa expansão? No caso negativo, na tua opinião, o que pode impedir essa expansão?; Teu filho/Tua filha já frequentou salas não monitoradas? No caso afirmativo, percebes diferenças no entre a situação de não monitoramento e monitoramento? Justifica tua resposta com exemplos.; Como tu te sentes em função do monitoramento? Com que frequência acessas este serviço para observar teu/tua filho/a?; No teu entender há diferença na atuação docente entre uma situação de monitoramento/uso de câmeras e o não monitoramento? Justifica tua resposta com exemplos.; Tens conhecimento se tua opinião coincide com a opinião de outros pais? Escutas as opiniões de outros pais sobre esse assunto (monitoramento)? Esse assunto é comentado entre os pais? O que dizem?; Na tua opinião o trabalho docente é uma atividade pública ou privada? Justifica tua resposta com exemplos.; Qual a tua opinião sobre o uso de câmeras de vídeo na escola?; Teu/Tua filho/a sabe que pode estar sendo observado por ti? Como age diante disso? Como se porta diante das câmeras?; Na tua opinião, a utilização do monitoramento pode contribuir na educação das crianças? Justifica tua resposta com exemplos.

<sup>10</sup> Termos consultados: câmera(s), escola, monitoramento, sala de aula, equipamento de vídeo, vigilância.

os discursos da mídia como produtores de justificativas para a utilização de câmeras em sala de aulas de escolas infantis. No capítulo “*Implicações na ação docente*” propus apontar o governo sobre o corpo da professora e das crianças, bem como o autogoverno e a resistência da professora diante do aparato tecnológico, e problematizar a manifestação das crianças maiores diante das câmeras. No capítulo, “Em fim, assim fiz” realizei uma síntese do trabalho.

## **2 OS ESPAÇOS E OS CONTROLES**

Ao longo dos séculos, as diversas maneiras de se estabelecer relação com o outro nem sempre foram às mesmas, assim como os modos de governar. Na Idade Média, por exemplo, as relações entre reis e súditos se davam pelo poder do soberano sobre a vida e a morte (deixar viver ou fazer morrer), traduzindo-se em atos de obediência dos súditos ou violência com os suplícios para se estabelecer um controle. Entretanto, com o avanço dos anos e com o crescimento populacional, o ser humano é docilizado, controlado através de novas tecnologias como os estudos estatísticos, por exemplo, a fim de se manter governados tantos corpos quanto às mentes (ROCHA, 2002).

O poder exercido com a violência sobre o corpo passa a não ser o mais produtivo. Na Modernidade, o corpo torna-se massa fecunda é visto como força de produção, força de trabalho. Há a necessidade de aproveitá-lo, sugá-lo ao máximo, e para isso, só se o mesmo está submetido em um “sistema de sujeição”. (FOUCAULT, 2008, p.26). As “instituições de seqüestro” como Foucault denomina esses espaços de sujeição são a escola, a fábrica, o exército, a família, o hospital, a prisão. Todos eles são espaços de confinamento que funcionam sob um mesmo método: a disciplina. Por isso, se algum dia você pensou “essa escola parece uma prisão”, pode ter reconhecido similitudes nas práticas disciplinares dessas instituições. Fora a prisão que é um espaço de confinamento legítimo, todos os outros tem por principio organizar/classificar as pessoas de acordo com sua idade (na escola), com suas doenças (no hospital), a fim de se efetivar uma produção sobre o corpo humano, ou seja, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe”. (FOUCAULT, 2008, p.119).

A arte de governar, não diz respeito somente ao Estado; essa prática está difundida em diversas instâncias, como por exemplo, nas relações consigo mesmo - em procurar fazer o que se tem por correto (se auto-governar), na relação de pais e filhos, nas relações do sujeito com as instituições e comunidade até chegar ao Estado. As relações de poder por assim dizer se

encontram, então, disseminadas nos mais diversos espaços, “o aparelho de Estado é, apenas, um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa”. (MACHADO, 2007, p.XVIII). Para Foucault (1995), “governar é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (p.244). Designa a maneira de conduzir “a conduta dos indivíduos ou dos grupos” (ibidem) no estabelecer normas para o “governo das crianças”, por exemplo, nos modos como está deve se comportar, agir e ser tratada.

Ao mesmo tempo em que há uma preocupação com o corpo individual, pensando na sua distribuição no espaço, no tempo, se fazendo efetivar um campo de visibilidade permanente sobre o indivíduo, há uma preocupação com o corpo coletivo. Há a necessidade de controlar a massa populacional, nas questões próprias da vida (biológica), para isso estabelecer “mecanismos de acompanhamento e controle da proporção de nascimentos e óbitos, da taxa de reprodução, de se efetuar o controle das endemias e epidemias.” (GALLO e VEIGA-NETO, s/ano, p.24). Ainda são instituídas campanhas de aprendizado sobre higiene pública; nascem os sistemas de seguridade social, das previdências e poupanças para subsidiar a velhice, os acidentes; e, surge a preocupação com a segurança do conjunto.

A sociedade disciplinar de Foucault, portanto, se caracteriza pela anatomo-política (o poder sobre o corpo individual), discutido em *Vigiar e Punir* (2008a), e pela biopolítica (poder sobre a população), discutido nos livros *Em Defesa da Sociedade* (2005), *Nascimento da Biopolítica* (2008b) e *História da Sexualidade (vol.1)* (1999).

Deleuze (1992) denomina a sociedade disciplinar como a “organização dos grandes meios de confinamento” (p.219). Nela o sujeito passa de um lugar fechado a outro: da família para o trabalho, do trabalho para a escola, da escola para o hospital, do hospital para família (não necessariamente nesta ordem) e cada lugar com suas leis e regras específicas. Na escola, não se está mais em casa, logo se deve comportar de acordo com as regras do lugar, por exemplo, ao sinal da sineta, se deve ir para a sala, sentar-se e aprender a lição.

Atualmente, o que se pode constatar é uma crise dos meios de confinamento (DELEUZE, 1992). As prisões transbordam de tão cheias, não há mais vagas, aos condenados são decretadas sentenças de prisão domiciliar; a família, tal como sonhada na modernidade (pai, mãe, filhos), passa a ter configurações cada vez mais heterogêneas; nos hospitais, as infecções são tão disseminadas que o doente acaba por ficar mais doente do que sadio com as famosas infecções hospitalares. Os ministérios não se cessam com os planos e promessas de reforma, embora os sistemas institucionais pareçam estar com os prazos de

vencimento muito próximos. As sociedades disciplinares estão sendo substituídas pelas sociedades de controle (idem).

Ao aludir aos trabalhos de Paul Virillo, Deleuze (1992) dá a entender que este novo regime que se apresenta, faz uso de “formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado” (p.220). Filmes como *Controle Absoluto* (EUA, 2008, Direção D.J. Caruso) ou *Minority Report* (EUA, 2002, Direção Steven Spielberg) têm como pano de fundo a disseminação das tecnologias de vigilância, mostram a vida cotidiana, em um futuro muito próximo, como um contínuo movimento de idas e vindas registrados por aparatos tecnológicos nos centros comerciais, nos bancos, nos espaços públicos (ruas e avenidas). E tanto na vida atual urbana como, na vida dos filmes de ficção científica, mediada por esdrúxulas tecnologias, a vigilância sistemática tornou-se algo corriqueiro (BOTELLO, 2010).

Hoje, pode-se ser localizado no automóvel pelo GPS; através das câmeras de vigilância, nos mais diversos lugares, junto ao aviso que anuncia sua presença, “Sorria você está sendo filmado”; pelas ligações telefônicas feitas no dia; pelos cadastros feitos pela internet. Até na mais inofensiva ação de comprar um MC Donald’s no shopping com o cartão de crédito, se é possível, através do cartão, construir um perfil do consumidor, saber onde a pessoa regularmente compra e o que compra, pressupor possíveis futuros gastos, inventar produtos para atraí-lo. Segundo Rocha (2002), os movimentos registrados e acompanhados pelos cartões de créditos, telefones, câmeras de vídeo, não são “impostos a ninguém”, não há uma autorização prévia das pessoas, é tudo consensual (p.40). E, “se a vigilância tecnológica nos garante segurança e os aparelhos eletrônicos [permitem se] viver melhor e mais intensamente (...) nenhuma oposição frontal a estas invenções está sendo colocada em prática.” (ibidem). Isso se deve porque “a vigilância tem duas faces: proteção e controle social”. (BOTELLO, 2010, p.18). Ou seja, o sujeito se deixa observar para que possa reduzir os riscos de roubos, de sequestros, de acidentes, mas ao mesmo tempo permite uma organização de informações, um armazenamento de imagens, a constituição de um banco de dados que pode ser utilizado para supervisionar e controlar.

## 2.1 SOCIEDADE DE CONTROLE E O MONITORAMENTO DE CÂMERAS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A escola tem por papel moldar, construir, fabricar sujeitos autônomos, saudáveis, responsáveis através da disciplina<sup>11</sup>. A escola, assim, se mantém num plano de vigilância dos escolares na circulação pelas salas, nas avaliações de desempenho, nos registros do comportamento de cada criança, visando ensinar-lhe o melhor caminho a seguir, quais atitudes tomar, ensinando-a as regras. Na vigilância disciplinar temos uma hierarquia de olhares: as crianças são olhadas pela professoras, que são olhadas pela direção, por exemplo. Na visão de Deleuze (1992), com a utilização das novas tecnologias o confinamento escola passa a ser um “molde” na fabricação de sujeitos “bem adestrados”, já as câmeras dentro da escola são “modulações” que funcionam como “uma moldagem auto deformante que muda continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudam de um ponto a outro”. (DELEUZE, 1992, p.221). A câmera pode funcionar para efetivar a vigilância, mas deve ser entendida antes como um aparato de controle, pois no caso da câmera em sala de aula, não só os pais se permitem ver o que se passa na escola, mas a escola tem o poder de controlar o acesso aos locais assistidos pelos pais, bem como, saber quem são aqueles que acessam. Segundo a diretora entrevistada: *“Através de um login e senha, os pais entram no site da escola, acessam a área de segurança e assistem seus filhos. [...] Então só liberamos as câmeras, onde o filho vai. Por exemplo: no berçário, a gente libera a câmera dos berços, a câmera que fica na sala onde eles fazem a atividade de psicomotricidade e o pátio que eles utilizam. O pátio maior que eles não utilizam, a gente não libera. Por exemplo: nós temos um pai que tem um filho no Mini e no Jardim A, esse pai tem muitas câmeras de acesso, porque ele recebe o login de acesso para as câmeras da turma do Jardim e para as câmeras da turma do Mini. Nós temos o recurso de ver quem nos acessa também, a gente não vê porque ninguém fica parado aqui na frente olhando, mas a gente tem esse recurso, então por isso que a gente delimita bem direitinho para saber, ‘Oh, a mãe da menina do Jardim A entrou está vendo bastante, então, ela gosta deste recurso.’ É bom até para sabermos se esse diferencial que oferecemos é utilizado ou não.”*

Conforme esse depoimento as câmeras podem ser entendidas como um aparato de vigilância, e melhor, de controle. Santos (2009) faz uma distinção destes termos:

O primeiro termo [vigilância] vincula-se a processos disciplinares, que individualizam, que tornam o sujeito vigiado, visível permanentemente, ou seja, tem a ver com o manejo de uma multiplicidade para organizá-la e fixá-la. Já o controle não implica visibilidade permanente, pois permite mobilidade, trocas, circulação,

<sup>11</sup> Vale salientar que no último século as técnicas de disciplina passaram a ser métodos também, muito particulares, dependentes da iniciativa própria do aluno e o papel da escola como “a ajustar as práticas educativas à diversidade de casos particulares” (Ó, s/ano, p.39) a partir do conhecimento dos princípios da psicologia.

[com a] produção de documentação e de registro permanente. É importante ressaltar que esses dois processos não se excluem, pelo contrário, podem ser articulados para produção de melhores efeitos. (p.34)

O controle ultrapassa muros, há uma interpenetração dos espaços por meio das tecnologias (como as câmeras), é atemporal e impessoal, de “curto prazo” e “de rotação rápida” (DELEUZE, 1992, p.224) e “está diretamente relacionado ao tipo de produção econômico-cultural que consumimos: imediata, instantânea, tecnológica, globalizada”. (ROCHA, 2002, p.70). No mesmo momento, em que os pais olham seus filhos e a professora no acesso on-line das câmeras colocadas na sala, a instituição olha às crianças e a professora, e, também, detecta quais os pais estão acessando o serviço, e administra quais câmeras os pais poderão ter acesso ou não. Em uma festa em que todas as crianças estão no pátio, a instituição poderá bloquear o acesso de todas as outras câmeras exceto a que está localizada no pátio. Logo, ao pensar no sistema de monitoramento com câmeras deve-se pensar em todas essas possibilidades de controle existentes. Todavia, tal instrumento pode vir para reforçar esse campo de visibilidade permanente proposto na sociedade disciplinar (de vigilância sobre a professora e as crianças), mas com as câmeras não há mais a necessidade de uma visibilidade constante, porque há produção contínua de registros, que possibilita a construção de um banco de dados que pode ser acessado a qualquer momento. O serviço de monitoramento, na escola da diretora, permite consulta as gravações até quinze dias passados de seus registros.

Como já mencionado, para Deleuze (1992) as sociedades de controle funcionam não pelas instituições, mas “por um controle contínuo e [de] comunicação instantânea” (p.216). E as instituições não parecem estar conseguindo acompanhar o fluxo imediato, dinâmico da tecnologia e da informação. A diretora entrevistada para a pesquisa fez um comentário sob a disseminação das tecnologias, sobre as implicações destas na vida atual, sendo um dos motivos pelos quais os pais venham a optar pelo serviço de monitoramento: *“Eu acho que os pais buscam isso porque hoje em dia a tecnologia faz com que tu incorpores isso nos estabelecimentos. E dizer ‘Ahh eu não gosto de internet, eu não gosto de telefone, não vou me adaptar.. não adianta’, ela vem e te engole. Hoje, as escolas ainda não tem, mas acho que os consumidores, os pais vão exigir tanto que ela [escola] vai ter que se abrir a essa tecnologia. Até porque não adianta, todo o lugar tem, porque eu não vou ter. Vou ter que me adaptar. (...) Não adianta com a correria do dia-a-dia, com todas essas informações que tem e que se exige teremos que se adaptar e entrar neste mundo virtual.”* Os dizeres da diretora podem ser remetidos às ideias de Deleuze, ao caracterizar o homem na pós-modernidade, ao ter em vista a sociedade de controle. Para o autor, o homem está deixando de ser confinado e se tornando o homem “endividado”, por exemplo, no caso da educação, a formação tem de ser permanente e continuada, nunca é o suficiente, há uma dívida impagável. Hoje, é preciso matricular os



pequenos da educação infantil em aulas de dança, esportes, aulas de computação, língua estrangeira, para além do currículo formal da escola para iniciar desde muito cedo a corrida dos sujeitos contra o tempo. Segundo Costa (2007) “a formação e a educação dos indivíduos, atualmente, não estão imunes a essa hiper-aceleração e virtualização” (p.19), o acesso à informação ultrapassa as disciplinas curriculares que são cada vez mais inúteis e atrasadas para acompanhar o fluxo imediato dos acessos na internet. Na sociedade de controle, para Deleuze (1992) “o marketing é (...) o instrumento de controle social” (p.224) na era do consumo e da informação, o sujeito está sempre correndo atrás. Denominado por Bauman (2004 apud Santos e Silveira, 2008) como “homo consumens”, o corpo nunca está bom o suficiente é preciso recorrer às massagens, às plásticas, aos cremes, aos acessórios; as roupas a cada estação já não servem, a moda muda, o estilo é outro, sempre há a nova coleção. A cada mês os celulares, os computadores tornam-se sucatas, comparados aos novos modelos *high tech revolution*. A rotatividade dos produtos, não é por acaso, mas por que o dinheiro precisa circular, e na sociedade de consumo tudo é mercadoria, inclusive os sonhos, se é possível formar uma nova identidade, mudar de emprego, de cara, de amigos, de religião, entretanto, para tudo há um preço. No capitalismo “o que se quer vender são serviços, e o que se quer comprar são ações” (DELEUZE, 1992, p.223) por isso as câmeras nas escolas, também, não deixam de ser um diferencial de mercado para escolas particulares, que atraem os pais e auxiliam na escolha desses pela instituição.

### **3 DISCURSOS SOBRE AS CÂMERAS**

Procurei caracterizar as câmeras como um aparato de controle, entendendo o monitoramento em sala de aula, não como um caso isolado que atinge de forma abrupta as escolas de educação infantil, mas parte de um conjunto, de um funcionamento atual da sociedade pós-moderna.

Ao ter como objeto de pesquisa os discursos, entendo que este se insere em uma linguagem e que essa não apenas descreve os objetos, mas também os constitui. Esse entendimento de linguagem é diferente do senso comum, do qual as coisas simplesmente existem no mundo antes das definições que delas se fazem e se, no decorrer do tempo, se passa a percebê-las de forma diferente é porque não as compreendeu na sua “realidade”. O objeto câmera existe, a despeito de qualquer descrição. Entretanto, a identificação da câmera dentre outros objetos que não o são, depende de uma classificação que diferencia a câmera de

computador, por exemplo, e só pode ser definido como tal através de uma linguagem “capaz de significá-los desta forma, dando-lhes um sentido.” (HALL, 1997, p.28).

Nesta perspectiva de linguagem a significação das câmeras não reside no objeto em si, não em sua essência natural, “mas é produto da forma como esse objeto é socialmente construído através da linguagem e da representação.” (DU GAY, 1994 apud HALL, 1997, p.28). As câmeras, portanto, são tecnologias as quais tem sido dada uma importância a partir de discursos que a legitimam como tais.

Esclareço que o termo discursos aqui adotado, não é o mesmo da linguística em que a preocupação está na estrutura da linguagem, mas no seu conteúdo e no contexto desta linguagem. Minha intenção não é com a significação das palavras, mas a forma como um conjunto de palavras, um conjunto de sentenças e práticas se relacionam e funcionam. Nas entrevistas, por exemplo, apesar das pessoas estarem em posições sociais diferentes, não se conhecerem, não terem suas experiências na mesma escola, suas falas expressam discursos semelhantes, possivelmente, porque essas pessoas estão em uma mesma sociedade. Nesse sentido, para Foucault (2007),

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (p.12).

Na sociedade ocidental, em que vivo, por exemplo, os discursos médicos são muito valorizados, porque esses discursos são sancionados (aprovados, sustentados) por uma razão científica; as técnicas empíricas são o meio de produção de verdade aceita; os médicos e profissionais da área recebem um *status* como os responsáveis e encarregados de dizer o que conta como verdadeiro; e ao mesmo tempo define seu contrário, o que é falso, ou seja, os discursos são práticas sociais que produzem objetos e suas relações no mundo. Nas entrevistas pude apontar os discursos utilizados por essas pessoas, porque nele reside uma rede conceitual própria, com regularidades que faz com que aqueles que falam ou tentam falar neste campo discursivo utilizem determinadas regras, que se dão nos discursos.

Assim, neste trabalho me utilizei de uma análise discursiva das entrevistas, embora não tenha recorrido ao campo específico da análise do discurso. Pude observar alguns discursos que dão sustentabilidade à ideia do uso de câmeras na sala de aula, são eles: discursos médicos e discursos da mídia.

### 3.1 DISCURSOS MÉDICOS

Segundo Santos (2008), atualmente a medicina tem abrangido um papel mais coletivo e social, de caráter preventivo, do que, essencialmente individualista, que pensa no doente como unidade patológica. Deste modo, a socialização dos saberes da medicina para com a população vem promovendo “a inserção da medicina no funcionamento geral do discurso e do saber científico.” (FOUCAULT, 2007, p.92). Alguns exemplos dessa socialização são detectados na mídia como as campanhas de advertência do Ministério de Saúde, o que vem sendo veiculado nas novelas, nos filmes ou nas propagandas de remédios; e, também, o que se apresenta nos documentos elaborados pelas escolas, com a finalidade de ensinamentos sobre como viver “melhor”. Nesses meios são ensinados modos de levar uma vida mais saudável e, quem tem autoridade de falar sobre saúde, legitimando o médico como o especialista, uma vez que o mesmo está amparado por uma instituição que o autoriza. O médico tem autorização para fazer suas afirmações ou contestações que se refiram à saúde. Na pesquisa empreendida por Santos (2008) os conselhos dados pela avó e a comadre, por exemplo, podem ser prejudiciais à saúde da criança se lhes dado ouvidos, já que suas crendices não têm o aval médico, não tem uma comprovação científica, e, portanto, não são válidos.

A diretora, entrevistada para este estudo é formada na graduação em um curso da área da saúde e ainda, está cursando seu mestrado em medicina, logo, ao afirmar que as crianças, especificamente, os bebês são os que adoecem mais, ela está amparada por uma instituição que dá legitimidade ao que diz, e, para ela, neste caso, se torna uma justificativa para a preocupação dos pais: *“Por exemplo, toca um telefone e é a mãe de uma menina. É a pessoa que atende já olha as câmeras e ‘Ai a minha filha, porque ela está dormindo muito?’ Ligam perguntando. ‘Porque a minha filha...’ principalmente os pais das crianças menores, os pais dos bebês. Esses são os que mais ligam, porque ficam mais preocupados, de como está a criança. (...)E também porque eles adoecem mais, eles têm um cuidado diferenciado de uma criança maior, que não está mais adoecendo tanto. Ela [criança maior] já fala, já tem uma opinião, conseguem se expressar, o que deixam os pais um pouco mais tranquilos. E os pais dos menores, eles ficam preocupados porque às vezes a criança está com febre, e eles querem saber como a criança está.”*

Sobre os telefonemas e as preocupações dos pais, Santos (2009), em sua pesquisa, aponta configurações sobre o papel das mães na criação das crianças. Segundo a autora na problemática de se oferecer assistência à população, a família tornou-se um mecanismo de proteção à infância. Tem sido promovida para esse fim, a aliança mãe-médico na qual o

médico assume um papel catequista de formar boas mães, aptas a criar adequadamente seus filhos se seguirem à risca, seus ensinamentos. Entendo que merece ser observado que essa não é a única configuração possível de cuidado à infância, por exemplo, em algumas aldeias indígenas a criança não pertence a sua família, mas a toda comunidade, sendo o papel de todos (homens, mulheres e outras crianças) oferecerem cuidados às necessidades dos infantes. Além disso, como outras instituições - escola, prisão, fábrica, hospital - a família nuclear, tal como pensada na modernidade, também sofre configurações cada vez mais distintas.

Todavia, penso que ainda não se perdeu essa herança quanto à responsabilização da família, especificamente vinculada à mãe, sua condição de maternidade, e, também, pelo fato de ser mulher<sup>12</sup>, presente nos discursos médicos, mas também nos discursos da psicologia<sup>13</sup>, em cuidar dos filhos. Ademais, historicamente, coube às mulheres o atendimento às necessidades básicas dos pequenos sejam materiais ou emocionais. O enunciado: *mãe é quem cuida*, carrega o sentido de que cuidar é função natural de uma mãe e se a mesma não executá-la será culpabilizada. A mãe entrevistada formou-se em química, nível médio. Atualmente, cursa pedagogia em nível de graduação. É casada há sete anos e tem dois filhos (um menino de cinco anos e um de dois anos). Na época em que teve a experiência com o monitoramento, (quatro anos atrás), o menino mais velho era filho único e tinha apenas um ano e meio de idade. Conforme seu depoimento sentiu-se culpada, após ter demorado três meses para perceber que seu filho estava sofrendo maus tratos numa escola não monitorada. Além da decisão de mudar o filho de escola, ela escolheu um local que adotava o serviço de monitoramento, com uso de câmeras em sala de aula, e a partir disso, ela e seu marido assumiram o cuidado do filho também no momento em que estava na escola. Essa mãe ainda em sua entrevista contou como se deu a escolha da segunda escola para o seu filho, local que oferece o serviço de monitoramento: *“me mostraram todo o funcionamento, a divisão das turmas, como iria ser, como iria acontecer, como não iria. A dona da escola era uma pedagoga, ela me deu outras informações que na época eu não tinha conhecimento de pedagogia, minha área era química...”*. Nesse depoimento novamente percebi a importância dada a quem fala, a quem está autorizada para tratar sobre educação, a pedagoga. Ainda, percebi que essa mãe priorizou sua atenção no local para deixar seu filho o que me fez questionar como às escolas de educação infantil têm sido compreendidas pelos pais que não

---

<sup>12</sup> Essa associação do gênero feminino como o mais capacitado para educar das crianças, será absorvida pelo discurso pedagógico, a partir do discurso da psicologia, no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX, permitindo a entrada das mulheres na sala de aula. (LOURO, 1997); a partir desse domínio há o predomínio de mulheres atuando diretamente com crianças pequenas, nas escolas infantis. Pergunto-me onde estão os homens na escola infantil? Que papel é destinado aos homens nas escolas infantis?

<sup>13</sup> Conforme estudos psicanalíticos de Bowlby e Winnicott.

tem conhecimentos pedagógicos? Preocupo-me com essa questão, pois estou concluindo um Curso que me licenciará para atuar com crianças, jovens e adultos na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental e no decorrer dos estudos, tem sido enfatizado o quanto as escolas de Educação Infantil parecem ainda serem vistas como “cuidadouros” de crianças pequenas; uma solução para mães que precisam se inserir no mercado de trabalho. Como manifesta Bujes (2001) o surgimento das creches e pré-escolas na sociedade se dá em virtude da “incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, na configuração de novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos”(p.15).

Se as escolas infantis vêm sendo vistas como necessárias por que são locais onde as crianças podem ficar, ainda merecem ser qualificadas para dar conta do educar e cuidar como finalidade. Por sua vez, a orientação de quem está autorizada para falar sobre saúde orienta para que nos primeiros anos de vida a criança permaneça mais tempo aos cuidados da mãe. Mas e se a mãe não tem escolha? Se ela precisa deixar seu filho na escola? Se for inviável cumprir a recomendação médica? Esse impasse poderia resultar em um sentimento de culpa da mãe? Será ao não cumprir o aconselhado pelo especialista, no caso um médico, isso poderia gerar uma culpa por parte dos pais, no que se refere ao risco de não ser tão bem tratada? No caso específico da mãe entrevistada, parece-me que na necessidade de deixar seu filho em uma escola infantil, não cumprindo a orientação de um especialista, ela procura diminuir seu sentimento de culpabilização, escolhendo um local que adota o monitoramento. Desta forma, poderia detectar com antecedência qualquer perigo a qual seu filho pudesse estar exposto.

As entrevistadas - mãe, três professoras e diretora -, em suas respostas apontaram um aspecto em comum, os pais das crianças menores de 3 anos são os usuários mais frequentes do aparato tecnológico. “[...] *não eram todas as turmas que tinham [câmeras]. Só a das crianças menores. **De zero a três anos**<sup>14</sup>.*” “As [professoras] *que trabalhavam há bastante tempo lá não gostavam das câmeras, **principalmente as do berçário**<sup>15</sup>. Porque as do berçário eram as que mais recebiam reclamação né, dos pais ligando, que não deixassem que o filho dormisse demais, ou pais que queriam que a criança tivesse dormindo e não acordada, que tirassem o brinquedo da criança, pois era perigoso. Eram as que mais recebiam reclamações.*”

Nesses depoimentos, observo que o discurso médico tem mais autoridade que o discurso pedagógico, no momento em que o risco à saúde e à segurança do bebê, na sua

---

<sup>14</sup> Grifo meu.

<sup>15</sup> Grifo meu.

exposição ao brinquedo perigoso, supera o discurso da promoção de subsídios para novas aprendizagens a partir de um novo brinquedo. Será que a professora não estaria apta para cuidar da criança, evitando que a mesma se machucasse? Em uma escola municipal de Porto Alegre, onde realizei meu Estágio de Docência, observei crianças de 2 anos e meio a 3 anos que frequentavam o Maternal II, usando a colher para se alimentarem e usando tubo de cola sem apertá-lo em demasia ou sem o levarem a boca. Como será que adquiriram estas aprendizagens?!!

Todavia, o que me parece é que o discurso médico ainda é o mais confiável no que se refere ao cuidado à infância. Possivelmente, pela razão que a atendimento às crianças pequenas foi por um longo tempo no Brasil responsabilidade da área da saúde, vale lembrar que somente a partir da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação – LDB, de 1996, a Educação Infantil foi incluída como nível de ensino da Educação Básica. Anos antes, a responsabilidade das creches, atendimento até os 4 anos à criança, cabia à área da saúde, ministério e secretárias estaduais e municipais.

A medicina se coloca em um campo científico no qual não se admite uma multiplicidade de possibilidades, há prescrições que são aceitas como naturais. Por exemplo, ao tratar da alimentação das crianças valem os estudos mais recentes, as mais novas descobertas. Parece haver uma relutância da medicina em se entender como um processo. Santos (2009) em sua pesquisa aponta as incongruências nos discursos médicos presentes em manuais<sup>16</sup>, referentes à melhor alimentação para o bebê. Nesses manuais a alimentação para bebês dita a mais correta, há anos atrás, baseava-se em alimentos como chá preto e óleo de fígado de bacalhau, muito distinta da recomendação atual, indicava o leite materno até os 6 meses de vida como o essencial. Entendo que não se trata de um “avanço” as alterações nas recomendações, nem um progresso, uma vez que essa lógica de pensamento filosófico, dá legitimidade ao discurso científico, a idéia da existência de um progresso é uma construção cultural, da modernidade.

Ainda, sobre as escolas infantis entendidas como “cuidadouros” uma das professoras entrevistadas fez a seguinte manifestação ao ser solicitada por mim para que opinasse sobre as razões do local em que trabalhava colocar as câmeras nas salas das crianças menores: *“Acho que é o pensamento do cuidado pra essa faixa etária, principalmente dos pais. Muitas vezes os pais chegavam e perguntavam: ‘o que ele comeu?’, ‘ficou doente?’, não perguntavam*

---

<sup>16</sup> Os manuais analisados por Santos são *A Vida do Bebê* (edições de 1963 e 2002), de Rinaldo De Lamare; *Meus filhos* (edição de 1967), de Alfons Balbach; *Manual de Mães* (edição de 1945), de Lamare Marques e *Higiene e Puericultura* (edição de 1956) de Valdemir de Oliveira.

sobre o trabalho pedagógico. Então é muito forte essa parte do cuidado...” Esse cuidado referente às necessidades básicas e ao bem-estar da criança mencionada pela professora parece ser o mesmo que afligia a mãe entrevistada. A escolha dessa mãe pela instituição com câmeras em sala de aula teve um motivo peculiar. Segundo ela, seu filho frequentava uma escola de educação infantil desde o berçário, escola de sua confiança e próxima a sua residência. Por motivo de novo trabalho a família precisou mudar de cidade, o que resultou na troca de escola. Com o passar dos meses, ela notou que seu filho vinha sofrendo uma série de doenças, perdia peso e chorava no horário de ser levado para a nova escola. Movida por esses indícios procurou observar melhor as condições de atendimento dessa escola e descobriu que seu filho estava sendo vítima de maus tratos: “[...] *um dia eu fui na escola e fiquei controlando por fora. Havia uma grade e vi que elas não tinham o menor cuidado com as crianças. Traziam as mamadeiras com leite, isso que eu levava a do meu filho, numa bandeja para o pátio e jogavam no meio deles, cada criança pegava a que queria. Ele emagreceu 3kg, não sabia usar a colher para se alimentar. Depois eu fiquei sabendo por uma outra professora que elas soltavam os pratos na frente deles e quem comesse comeu, quem não comesse problema era deles. Então ele não comia.. [...] Bem, então eu larguei o emprego.[...] Fiquei traumatizada porque, puxa vida, estavam judiando do meu filho.*” Um tempo após, essa mãe ao se deparar com uma nova proposta de emprego e com a necessidade de deixar seu filho em uma escola infantil, em decisão conjunta com seu marido, optou por um local monitoramento on-line. Foi decidido também que o pai iria manter o acesso on-line, do equipamento de seu trabalho. Segundo ela, depois de alguns acessos, visto que o menino estava sendo bem tratado e estava saudável, deixaram de assistir. Faço um comentário necessário: durante a entrevista essa mãe fez ponderações, procurou fazer comparações entre sua formação (técnica em química) à época em que seu filho estava no local em que sofreu maus tratos. Cogitou que suas preocupações talvez tivessem a ver com a situação de ser seu primeiro filho. Acredito que nesse depoimento houve uma reflexão da mãe, pela formação atual em pedagogia. Perguntei a ela se tinha conhecimento da opinião de outros pais sobre o monitoramento e recebi a seguinte resposta: “[...] *tinha uma mãe que me disse **que passava a tarde inteira sentada vendo o que a criança estava fazendo.***<sup>17</sup> *O tempo inteiro e, eu não sei se foi pelos mesmos motivos que eu coloquei, mas era um serviço bem utilizado pelos pais.*” Percebi uma entonação diferenciada na voz da entrevistada, no trecho grifado, o que me fez inferir uma posição de contrariedade à atitude de uma mãe que ficava um turno inteiro

---

<sup>17</sup> Grifo meu.

acessando. Para a entrevistada as câmeras em sala de aula davam a ela uma segurança, pois se necessário, se surgisse alguma dúvida ou desconfiança sobre o atendimento ao seu filho tinha a opção de acesso: “[...] a câmera me serviu pra me dar mais uma segurança, porque eu não conhecia aquela escola, eu não conhecia aquela diretora, eu não sabia como era o serviço. Ao chegar elas apresentam uma coisa, mas no dia-a-dia... Por exemplo, meu filho ficou três meses em uma escola até eu perceber que tinha alguma coisa errada, porque ele não sabia falar. Então é complicado.” O “silêncio dos inocentes”, a condição de não falar dos bebês, parece ser uma preocupação dos pais, pela fragilidade e vulnerabilidade que essa criança representa contra possíveis maus tratos. Há também a preocupação com as crianças no que se refere a sua saúde, uma vez que as crianças menores de 3 anos não falam ou estão ensaiando suas primeiras palavras e frases. Os telefonemas dos pais são mais frequentes, pois essas crianças não conseguem dizer, precisamente, quais são os sintomas que lhes afligem. Provavelmente, se faz novamente presente discursos médicos, já que os pais não se preocupam sem motivo, mas dão crédito aos discursos médicos, como que afirmam, por exemplo, que *“as crianças menores são as que mais adoecem”*.

Ao detectar nesse estudo o quanto o monitoramento é mais intenso em relação às crianças menores, principalmente aquelas que não sabem falar; e, ao perceber que a necessidade de cuidado às crianças é um assunto não discutível, ou seja, a negabilidade ao amparo à infância é um ato que fere, não só, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como nossos princípios morais e éticos; entendo a premência em problematizar o quanto essas “certezas” são construções culturais inventadas na modernidade. Sobre isso, Áriès (1978) aponta que a valorização e os sentimentos atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como os concebemos e os difundimos, tendo sido modificados através dos séculos. A particularidade do ser infantil que o diferencia do adulto é uma construção histórica que não existia na Idade Média, não havendo, portanto, preocupações com as condições de vida dos pequenos. O sentimento de infância, que não diz respeito a uma afeição, propriamente, mas à diferenciação entre o que se tem por infância e maioridade são um constructo das grandes transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram na Europa a partir do século XVIII. Tais diferenças, além dos limites impostos pela idade são complexas, pois estão associadas à cultura, aos papéis designados pela sociedade para a criança e para a família, essas transformações podem ser presenciadas nas representações nas pinturas, nos diários de



família, nos testamentos, nas igrejas, nos túmulos no século XVIII<sup>18</sup>. É a partir do sentimento de infância que nasce a vontade de saber sobre esses “novos” indivíduos que se apresentavam como diferentes, inocentes, despreparados que a dita ciência pedagógica se instaura, com intuito de educar as crianças, desde cedo, e torná-las futuros adultos prestativos e produtivos para a sociedade.

### 3.2 DISCURSOS DA MÍDIA

A mídia, atualmente, parece ter um papel decisivo na constituição do sujeito contemporâneo. Segundo Rocha (2005), “a mídia veicula e produz, simultaneamente, saberes sobre como estamos e como devemos estar no mundo”(p.128). Ao pensar assim, não estou querendo dizer que a mídia seja detentora de um “poder dominante” de informar, desinformar, manipular, persuadir “sujeitos fracos”. Ao contrário, a mídia precisa se atentar aos sujeitos, às questões de interesse da população, e assim como um camaleão que muda sua cor para se adequar ao ambiente, a mídia necessita ser “o lugar onde várias instituições e sujeitos falam – como veículo de divulgação e circulação dos discursos considerados *verdadeiros*<sup>19</sup> em nossa sociedade.” (Fischer, 1996, p.144). Destaco um recorte da entrevista com a mãe entrevistada ao relatar um caso em que as câmeras gravaram o flagrante de uma professora, atestando à “precariedade” da gestão da instituição onde trabalhava: *“Eu sei de histórias de colegas minhas da escola onde eu trabalhava, de casos em que a proprietária colocou câmeras sem elas saberem, inclusive teve demissão por justa causa de uma que estava pegando a merenda das crianças pra dar pro filho dela, ou pra ela própria come, o filho dela também estudava na escola. [...] ai eu acho que é um outro serviço que diz respeito a uma ética trabalhista, há uma falta própria da gestora. Porque é inadmissível que tu contrate uma professora que tu não confias, que tu não sabe como ela se porta. Há pouco tempo teve na mídia também um caso de professoras que foram pegas [pelas câmeras] agredindo alunos que não sabiam falar.”* No depoimento, a mãe atesta o caso que ocorreu na escola infantil em que trabalhou pelos discursos da mídia referente a violência. De acordo com Rocha (2005)<sup>20</sup> “a mídia - sobretudo aquela impressa, como os jornais, tem sido pródiga na veiculação de reportagens sobre a violência (na escola e fora dela)” (p.163). A autora cita Borges (2003) ao mencionar

<sup>18</sup> É importante destacar que não se trata de pensar que o passado era arcaico em relação ao presente, por não se observar uma dita preocupação com a infância, pois isso remeteria novamente a uma projeção de evolução, que como já mencionei, também é uma construção cultural da modernidade.

<sup>19</sup> Grifo da autora Rosa Fischer.

<sup>20</sup> Nos estudos de Rocha (2005) ela utiliza como objeto de análise, os discursos vinculados na mídia impressa.

em sua pesquisa, que a partir dos anos de 1980 no Brasil, as reportagens sobre violência passaram a ganhar notoriedade e destaque nos espaços midiáticos, o que não significa, todavia, que o Brasil tenha ficado mais violento. Afirmar que o país, necessariamente não está mais violento, não quer dizer que esse está livre “das marcas mais profundas do conflito e da violência decorrentes da enorme diferença sociocultural, da disparidade de renda, do passado escravocrata, das polícias autoritárias” (ibidem.). A violência (física ou moral) é presente, ao longo, de toda a existência humana, no entanto com a circulação rápida, devido à simultaneidade dos milhares pontos de comunicação, é reforçada a ideia de que a violência nunca foi tão forte no passado como é agora.

Mostrar traficantes, sequestradores, bandidos, massacres, mortes, atentados, perigos, tragédias, conflitos e questionar sobre as nossas dificuldades para enfrentá-los (inseguranças, angústias, medos, terrores, pânico impotências) nas capas das revistas é, certamente, um procedimento que intensifica a produtividade de uma determinada economia discursiva, pautada pela *cultura do medo*[grifo do autor] ou por aquilo que creio existir atualmente: a publicização máxima do crime, que justifica quase tudo para se proteger e se procurar segurança. Quando falamos demais, ouvimos demais, lemos demais sobre a existência de crimes e violências, passamos a agir de forma preventiva, acuada, com medo de tudo e de todos. (ROCHA, 2005, p.166).

A proliferação de reportagens sobre os maus tratos de crianças, como uma matéria mostrada pela Rede Record de Minas, no site You Tube em 17/06/2008<sup>21</sup>, com a manchete: “Criança leva 52 mordidas em creche”, ou, uma matéria divulgada no programa Mais Você da Rede Globo, registrada no site em 29/07/2008<sup>22</sup>, sobre o menino Gabriel de sete meses, que morre na creche, ou, ainda, a reportagem, registrada no site em 14/02/2010<sup>23</sup>, exibida no Domingo Espetacular da Rede Record sobre as imagens de vídeo do flagrante de professoras agredindo crianças de 6 meses a três anos de idade na cidade de São José do Rio Preto em São Paulo, colaboram, de certa maneira, para intensificar a produção discursiva de uma cultura do medo nas escolas e uma busca frenética por segurança.

Para, além disso, Fischer (2003) aponta que “a televisão afirma-se como um lugar especial de educar, de fazer justiça, de promover a *verdadeira* investigação dos fatos (relativos a violências, transgressões, crimes de todos os tipos)” (p.19). Exemplos disso são as imagens veiculadas, consumidas pelos expectadores, dos flagrantes feitos por câmeras escondidas de políticos no congresso brasileiro colocando dinheiro público nos bolsos, ou de assassinos abordando suas vítimas, ou de assaltantes com armas em punhos nos ônibus, entre

<sup>21</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=66U14Uabg48&feature=related>. Acesso em 20/06/2010.

<sup>22</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=KZUQ7LRMuWI>. Acesso em 19/06/2010.

<sup>23</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=1zdrABdnW6w&feature=related>. Acesso em 19/06/2010.

tantas outras. Ou seja, a televisão “faz justiça” seja no Jornal Nacional da Rede Globo, seja nos programas sensacionalistas como o programa Brasil Urgente da Rede Bandeirantes, apresentado por José Datena que dá prioridade a temas locais que estão muito próximos do cidadão e seus problemas, com assuntos referentes à segurança, à saúde, ao trabalho e ao comportamento. O apresentador utiliza uma linguagem coloquial e opinativa ao expor as imagens, as “verdades nuas e cruas”, as provas, gravadas pelas câmeras. Ao questionar uma das três professoras entrevistadas se o monitoramento em sala de aula é um procedimento em expansão nas escolas infantis, ela diz: *“Eu acho que tem crescido... Não sei, acredito que seja por causa da violência, a mídia divulga muito essa coisa de agressão dos pequenos, porque eles não sabem verbalizar direito, no que pode estar acontecendo...”*. Deste modo, discursos midiáticos sobre o aumento da violência nas escolas e sobre o papel revelador que os equipamentos de controle (as câmeras) tem tido no que se refere à exposição de “verdade”, parecem ser colaborativos para que se intensifique a insegurança dos pais e faça com que o uso do monitoramento seja aceito como forma de flagrar, desmascarar, coibir.

Parece haver uma aceitabilidade consensual do monitoramento de câmeras em nome de uma segurança, Rocha (2005) aponta o quanto a mídia tem procurado ressaltar a garantia de uma segurança (individual e coletiva) com a utilização das tecnologias. Um dos exemplos destacados pela autora refere-se ao monitoramento com câmeras nas salas de aula “como cuidar à distância seu filho e desempenho dele na escola” (p.207) através de webcams nas escolas a fim de sanar as aflições dos pais. As novas tecnologias (câmeras de vigilância, internet, aparelhos eletrônicos, sistemas de GPS, entre outros) são tratadas na mídia, como afirma Rocha (idem), com positividade, salienta um futuro que já está acontecendo e mostra o como as tecnologias facilitam a vida das pessoas, conferem autonomia. Vale retomar o depoimento da diretora entrevistada sobre a impossibilidade de viver sem o uso das novas tecnologias: *“a tecnologia faz com que tu incorpores isso nos estabelecimentos. E dizer ‘ahh eu não gosto de internet, ahh eu não gosto de telefone, não vou me adaptar...’ não adianta, ela vem e te engole.”* Ademais sobre esse assunto Rocha (idem) escreve que,

Mesmo que algumas reportagens alertem sobre o quanto as novas tecnologias incomodam, invadem nossas intimidades (se é que algum dia as tivemos), viciam, se tornam compulsões (uma paranóia eletrônica), criam problemas e esquisitices tecnológicas, ampliam a distância entre ricos e pobres, e não é sequer considerada a hipótese de que tais tecnologias possam não fazer parte de nossas vidas (p.201).

Entendo que os discursos da mídia ao mesmo tempo em que informam sobre as novas tecnologias, também produzem modos das pessoas pensarem, serem e agirem diante delas.

Concordo com Fischer (1997), sobre a relevância de se perguntar “em que medida a presença da mídia na vida cotidiana produz, reproduz ou dinamiza valores, crenças, sentimentos, preconceitos que circulam na sociedade?” (p.5). Ainda, que atitudes a mídia nos instiga a tomar diante dos perigos informados por ela?

Ao solicitar a opinião de outra professora entrevistada sobre a possibilidade de expansão do monitoramento com câmeras nos estabelecimentos de ensino, ela fez o seguinte depoimento: “*Eu acho que sim. Eu acho que a maioria dos educadores não gostaria que isso acontecesse, mas eu acho que sim. Eu acho que a tendência é cada vez mais ter essa vigilância no meio de trabalho. Cada vez mais haver um controle [dos pais] sobre a educação do seu filho. E um pouco de desconfiança também do trabalho pedagógico da escola.*” Ainda, sobre essa desconfiança, a professora explica: “*Eu acho que uma escola que ofereça, e uma pessoa que exija esse serviço de uma escola, como muitos exigem, é porque realmente não tem confiança de quem vai cuidar, de quem vai estar ali lidando com seu filho, cuidando dele.*” Para essa professora a utilização das câmeras se deve à desconfiança dos pais, ou seja, se trata de uma fiscalização sobre quem esta cuidando da criança.

Sobre a falta de segurança, Bauman (apud Bergmann, 2009) diz que “é caracterizada distintivamente pelo medo da maleficência e dos malfeitores *humanos*<sup>24</sup>. Ela é desencadeada pela suspeita de outros seres e suas intenções” (p.63). A suspeita, a desconfiança apontada pelas entrevistadas - no caso da mãe uma desconfiança dirigida à escola; no caso da professora, uma desconfiança dirigida às professoras - são produzidas pelos discursos da mídia e, também, pelos discursos da medicina, que, possivelmente, se instituem devido ao estado de alerta constante do qual a população é ensinada a estar. A população é instigada a acreditar nos sérios riscos do qual está exposta em uma sociedade tomada pela violência na qual os crimes imperam e ninguém está livre de ser uma próxima vítima, tornando-a refém na busca incessante por segurança. Através da mídia inúmeros recursos e produtos (sobretudo tecnológicos) são oferecidos para serem consumidos na velocidade que as angústias, as ansiedades e os medos se impõem pela população (Rocha, 2005), no meu entender, entre esses estão às câmeras de monitoramento para os pais.

Viver num mundo no qual tudo está aparentemente sob controle, (digo aparentemente, pois existem resistências a esse controle, ou seja, os indivíduos podem aprender a não serem tão controlados) faz com que a população abra mão da privacidade (ou da liberdade), para fazer parte de um “rebanho” controlado (em nome da segurança). A diretora entrevistada

---

<sup>24</sup>

Grifo de Bauman.

comentou em seu depoimento essa lógica pró-segurança: *“Primeiro buscamos as câmeras para segurança nossa, então colocamos também, alarme em toda a escola, cerca elétrica, portão eletrônico, e a mesma empresa que nos forneceu tudo isso, também forneceu as câmeras. Então decidimos colocar lá na frente, para ver os pais chegando, e a movimentação da calçada. Resolvemos colocar lá atrás, porque como a escola funciona até as 19:00 horas e no inverno é muito escuro... Pensamos em colocar lá atrás para no caso de alguém entrar, nós já teríamos visto.”* A partir desse depoimento, concordo com Bauman (1998), que não há como ter liberdade e segurança, ao mesmo tempo, já que a busca por segurança gerou o isolamento da escola, e uma maximização de um campo de visibilidade com as câmeras a fim de esquadrihar o que se passava dentro e fora da instituição. Esse movimento da escola de proteger-se é semelhante a outras dinâmicas urbanas com essa intenção, e posso inferir que o desejo da escola em *passar confiança e credibilidade aos pais*, bem como seu desejo de controlar o que acontece do lado de fora é advindo desse novo entendimento do que é segurança. E “nesse cenário que se articula medo e controle, espaço não vigiado se tornou espaço do desconhecido, do ilícito e, principalmente, local de violência” (CASTRO e PEDRO, 2010, p.36). A escola se permite ser vista, pois de modo (sutil?) vão sendo solicitadas provas de que não se há nada para esconder. A mãe entrevistada em seu depoimento comenta: *“eu não vejo problema no trabalho docente ser público, no pai assistir uma aula desde que o pai não interfira na aula das professoras, no conteúdo. Porque eu acho que quem não deve não teme! Não tem o que esconder.”* A mãe reforça a idéia de que ao se permitir acessar as imagens do interior da escola, em especial, das salas de aula e essas cenas forem “aprovadas” pelos pais (desde que esses não interfiram no conteúdo de aula da professora), isso torna a escola merecedora de confiabilidade e integridade.

#### **4 IMPLICAÇÕES NA AÇÃO DOCENTE**

As câmeras fazem parte de uma gama de tecnologias que são criadas a partir de certas demandas, mas que ao serem inseridas em um contexto, como a sala de aula, seus usos são ressignificados e passam a ser imprevisíveis. Sendo assim, a inserção das tecnologias, não apenas abre um leque para as possibilidades do que se pode olhar, mas também indica códigos comportamentais. Um exemplo disso, são os medidores eletrônicos de velocidade (pardais) utilizados nas estradas que inibem o excesso à velocidade.

Os discursos médicos e da mídia justificam o uso de câmeras em nome de uma segurança, seja pelo risco que as crianças menores estão expostas, por serem frágeis, por não

falarem ou verbalizarem coerentemente, seja pelo “aumento” da violência, enfatizando com positividade os benefícios das novas tecnologias para a promoção de proteção. Esses discursos estão presentes nas histórias, nos “fatos” que as mulheres entrevistadas descrevem, narram, enfatizam sobre a escola e o que a ela está relacionado. Rocha (2005) aponta que os “processos de objetivação ao descreverem as coisas do mundo, produzem verdades que nos sujeitam e nos subjetivam e com as quais nos identificamos porque, em certo sentido, ao falarmos das coisas, falamos de nós também” (p.132). Percebo que os discursos que justificam as câmeras não apenas as descrevem, mas falam dessas pessoas, de seus medos e angústias, reverberam as suas impressões de realidade, suas impressões sobre a sociedade, ou seja, do mesmo modo que os discursos são produzidos pelos indivíduos, esses as subjetivam, “indicam como se comportar, quais medidas tomar, em que verdades acreditar” (ibidem).

Procurei trazer casos particulares dessas professoras entrevistadas dos quais fosse possível perceber outras significações para esse aparato tecnológico e como têm sido produzidas as subjetividades das professoras entrevistadas, bem como das crianças a partir desta visibilidade.

#### 4.1 O GOVERNO DO CORPO

Há uma concordância entre as professoras entrevistadas acerca da visibilidade promovida pelas câmeras de vídeo na sala de aula com intuito de vigiar, controlar e ameaçar a privacidade. Pergunto-me como se é possível separar o que é da ordem do público, da atividade docente, do trabalho social, do que é de ordem da vida privada e da intimidade? Santos e Silveira (2008) apontam que hoje, as fronteiras entre o que pertence ao público e ao privado estão cada vez mais tênues, borradas como se as pessoas estivessem em um reality show (como Big Brother Brasil) de suas próprias vidas imersas numa sociedade de controle sobre os em lugares que mais cotidianos e inóspitos. A perda da privacidade, portanto, parece ser o preço a pagar para se efetivar uma segurança, ou seja, a exposição feita pelas câmeras de vigilância só é consensual diante da promoção de proteção.

Com o tema da visibilidade passo a perguntar o que pode estar sendo observado na sala de aula? A professora entrevistada em seu depoimento menciona: *“já fui chamada a atenção, por exemplo, porque eu levantava demais as calças. (...) Chamaram a minha atenção, ou seja, que eu estava sendo vista e a pessoa estava reparando justamente nisso, olha nem no seu filho, né!”* Ao questionar sobre quem havia dito isto, ela diz: *“Olha, eu nem sei, só sei que a direção passou, que uma mãe tinha reclamado disso. Que ela ficou*

*completamente: ‘ Bom, tu vai ficar com a bunda de fora?!’ Não, né!’*. No depoimento, para além das questões pedagógicas e referentes ao cuidado às necessidades das crianças, o corpo da professora também passa a ser observado, controlado. Louro (1997) analisa que o corpo da professora desde a incorporação da mulher para o trabalho docente foi alvo de investimento, de vigilância. No magistério a figura da professora é marcada pelo modelo religioso e pela metáfora materna da dedicação, disponibilidade, submissão, humildade, paciência e doação. Vistas como o modelo de virtudes, o exemplo a ser seguido pelas crianças, assuntos como sexualidade não era bem vindo nem na escola, nem, portanto, no modelo de professora. Segundo Louro (2008), em 1917, uma lei decretava que professoras poderiam perder o cargo se constatado casamento. A lei atestava “não (ser) dignificante que a professora casada, que vai ser mãe, se apresente diante seus alunos” (p.468). A melhor professora era a solteirona, a tia porque a condição de casada poderia instigar as crianças a questionarem sobre a vida sexual e afetiva da professora. Trago, também, um exemplo sobre o meu estágio na turma de Jardim II que realizei como obrigatoriedade para o curso de Pedagogia, quando certo dia a professora de outra turma me sugeriu que não usasse blusas que deixavam exposta uma pequena parte de minha barriga, pois incitaria a promiscuidade dos meninos da turma. Em fim, o que quero dizer é que, acredito que mesmo sem as câmeras, o corpo na escola seja da professora, seja das crianças, é governado. Refiro-me a governo como “a organização de um campo de ação dos outros” (FOUCAULT 1995, p.244), e não como “ações assumidas ou executadas [...] de uma posição central no Estado, mas [como] ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social” (VEIGA- NETO, 2002, p.21) na fala da professora que freqüentava a escola em que estagiei e na fala da mãe que reclamou das calças da professora. As câmeras, portanto, apenas, ampliam o leque das visibilidades aos pais e outros, amplificam as tensões sobre o corpo, há um maior governo, maior investimento sobre ele.

Os corpos das crianças, também ficam visados, estão expostos como afirma uma professora entrevistada: “[...] *a gente nunca sabe o que passa pela cabeça de um pai, assim como eu posso estar bem intencionada em colocar o meu filho nessa escola, eu posso não estar. Eu posso estar olhando o filho de outra pessoa com outros olhos. Porque numa sala de educação infantil acontecem ‘n’ situações, bem dessa coisa do corpo, da criança expor o corpo. Passa um tu troca, passa outro.. nessa escola não tinha câmeras no banheiro, mas tem escolas com câmeras inclusive no banheiro.*” No depoimento, há uma nova significação para o aparato tecnológico no qual as imagens das câmeras passariam a ser consumidas para outros fins. A câmera passa a ter um sentido controverso porque na medida em que tem o papel de promover a segurança, pode possibilitar o contrário.

## 4.2 DO AUTOGOVERNO DA PROFESSORA À SUA RESISTÊNCIA

Neste estudo percebi que atrelados à visibilidade proporcionada pelas câmeras de vigilância existem códigos comportamentais para o espaço em que foram instaladas. No caso da sala de aula questiono como as professoras passam a operar diante dos códigos comportamentais que as câmeras parecem instituir? A professora entrevistada optou por trabalhar numa escola sem o uso de monitoramento em sala de aula com câmeras: *“Porque eu acho que tu perde um pouco da autonomia em sala de aula, tu te sentes vigiada o tempo todo [...] por não ter áudio, por tu ver as cenas e não conseguir entender direito o que está acontecendo, então pode haver uma ideia precipitada que não é real. Um dia tu tem que intervir numa relação com os alunos, ou até mesmo só com um aluno, e o pai pode não entender o que está vendo, né. [...] eu ficava bastante reflexiva, por essa coisa dos pais não saberem o que aconteceu, de virem me questionar, sobre quem é que estava na sala, no caso de algum professor especializado que trocasse... Assim isso é uma coisa que me deixava bem reflexiva, quando eu chegava em casa eu ficava pensando.”* Vale observar nesse depoimento que há uma inibição da professora. Ela explica que *perde um pouco da autonomia em sala de aula* por não saber quem a está olhando e com que finalidade, e supõe que o áudio das câmeras poderia ocasionar o não entendimento de suas ações o que a deixava *bastante reflexiva*: *“[...] eu ficava pensando o que os pais estavam pensando com aquela minha maneira de agir (risos). Entende? Eu tentava ser o mais natural possível, agir da maneira que eu achava mais adequada, no que eu faria se não houvesse ninguém ali, entretanto, tu te preocupas com o que eles estão pensando.. sabe?! Será que por eles estarem fora, por não estarem vendo toda a situação.. será que eles vão entender? Então essa cobrança.. [...] na verdade tu te policias muito..Tu te policias sim, tu cuidas.. Digamos que tu ficas assim.. Tu cuidas mais, vê de que maneira tu vais agir. Eu tentava ser o mais natural, mas muitas vezes, tu acabas tendo que driblar aquilo que tu estas querendo, porque tu não tem condições de fazer aquilo...”*

As reflexões da professora sobre suas ações na sala de aula se pautavam não só pelo que acreditava, mas também pelo o que acreditava que os pais gostariam. Quando ela diz que tentava ser o mais natural possível, não quer dizer que sem as câmeras haveria uma falsidade por parte da entrevistada, mas que diante da incerteza das interpretações dos pais e da direção, acaba por *driblar* as ações tal como havia imaginado, por insegurança das repercussões que essas ações desencadeariam. O que se percebe é que não só se efetiva os olhares de muitos sobre um (de pais e diretores, coordenadores sobre a professora), mas uma auto-vigilância por



parte da professora, um autogoverno. O modelo do panóptico de Bentham<sup>25</sup> atrelado às análises autodisciplinares de Foucault pode ser compreendido nesse relato da professora, na medida em que está mergulhada num campo de visibilidade total. Como o prisioneiro de Bentham, ela passa a se controlar sem recorrer à força (dos pais e diretores) para obrigá-la a um “bom comportamento”, mas sob o efeito de um mecanismo de ordem psicológica que incita à produção de reflexões. A professora pode passar a fazer balanço dos seus modos de agir, de suas possibilidades de ação mediante ao planejamento, de suas limitações em sala de aula.

Todavia, em conversa informal com a professora, ela conta que sempre era possível, quando não queria ser filmada, ficar no ponto cego da câmera, o lugar abaixo do aparato que não pode ser filmado. Trata-se da resistência da professora, mas é importante destacar que, ao contrário da Teoria Crítica, resistência não tem o sentido de antítese do poder, não deve ser pensado como seu oposto, tudo porque, para Foucault (2007),

[o] poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte e consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos; passa por eles (p.183).

O ato da professora não a faz estar exterior ao poder, não há o “lugar da Grande recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário” (FOUCAULT, 1993 apud VEIGA-NETO, 2003, p.151), sua fuga foi gerada dentro da própria rede. Não quer dizer que sua ação está fadada a uma derrota, mas que as práticas de resistência, nada mais são que outras relações de poder atuando, portanto, não há propriamente dois pólos, poder e resistência, como se dá na violência, no qual um sujeito exerce a força e o outro a recebe, mas são parte do mesmo jogo. Daquilo que a professora faz com seu corpo, na expressão de seus gestos, nos discursos presentes em suas falas, na confissão dos seus desejos que a define

<sup>25</sup> O Panóptico de Bentham é a “figura arquitetural” ideal, segundo Foucault, para os penalistas, os médicos, os industriais, os educadores que precisavam de, uma tecnologia de dominação para resolver o problema de uma vigilância constante.

O dispositivo é um edifício circular; no centro uma torre; entre o centro e a circunferência, uma área intermediária. O edifício circular é dividido em celas, as quais ocupam toda a largura da construção. Cada cela possui duas janelas, uma para o interior, outra que dá para o exterior de modo a deixar penetrar o ar e a luz de lado a lado. Dessa forma, colocando-se um vigia na torre central, pelo efeito da contraluz, pode-se perceber as silhuetas dos prisioneiros nas celas. (SILVA, s/ ano, p.1).

Para Foucault, o princípio da masmorra é invertido, de suas três funções (trancar, privar de luz, esconder) apenas a primeira se conserva. A visibilidade é uma armadilha. A luz e o olhar do vigia captam melhor que a sombra que, no fim, protegia. O panóptico organiza espaços dos quais se é visto, observado, mas não se permite ver. Assim, os sujeitos se encontram presos numa situação de poder dos quais eles mesmos são os portadores. São induzidos num “estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” o que garantia uma ordem. A vigilância torna-se eficaz em seus efeitos, mesmo que não fosse pela sua ação. Porque mais importante do que vigiar o prisioneiro o tempo inteiro, era que ele se sentisse, soubesse que era vigiado.

enquanto indivíduo são os primeiros efeitos do poder. E, pontos de resistência, como à fuga da professora das câmeras, tornam-se um ato minúsculo, transitório e móvel diante das relações de poder que a subjetivam.

#### 4.3 MANIFESTAÇÕES DAS CRIANÇAS

Até o momento, falei sobre as professoras entrevistadas e como as câmeras de monitoramento tem se implicado nas formas de pensar e agir dessas mulheres. Passei a me questionar sobre as crianças que também, cotidianamente, fazem parte do espaço sala de aula. Quanto a isso, uma professora entrevistada, em depoimento, menciona outros *usos* que as câmeras passavam a ter na escola onde trabalhou: *“A maioria dos pais ligava para pedir pra ver seu filho, nos dias de aniversário, principalmente, pra abanar pra câmera e coisa e tal, ‘Dá oi pra mamãe’, ‘dá oi pro papai’.”* Parafraseio a mãe entrevistada, de que as câmeras no momento em que colocadas em sala de aula tornam-se *multi-usos*, e neste caso, em função de satisfazer a vontade de um familiar, à professora são demandadas tarefas em sala de aula como fazer o filho abanar para câmera. As professoras entrevistadas mencionaram que as crianças menores não tinham consciência da presença das câmeras, e acredito que fazer a criança abanar, pode ser um tanto confuso para ela, já que não vê o papai, nem a mamãe na sala. Entretanto, uma professora mencionou que as crianças maiores do Jardim B, tem presentes a situação de estarem sendo observados: *“As crianças sabiam, até pediam, quando choravam, pediam que queriam falar com a mãe no telefone, ou então pedir pra mãe olhar e a criança ficava na frente da câmera, falando com a mãe.[...] Daí a professora tem que ter um bom jogo de cintura pra não deixar todo mundo se enfileirar pro telefone. Até pela questão dos pais, tem um que quer falar com o filho, mas tem gente que ta ocupada, trabalhando, e não podem. Não porque não querem, porque não podem mesmo, e a professora tem que dar um jeito.”* A câmera passa a ser um meio de as crianças estabelecerem uma forma de contato com os pais. A criança fica posicionada em frente à câmera, pois sabe que assim permitirá uma melhor visão para seus pais, mesmo que não os vejam, os pais estão ali olhando. A professora aponta que essas manifestações acabam gerando uma dispersão das crianças. Pergunto-me como será que essas crianças estão construindo seu entendimento do que é a escola? Tudo porque, na escola é que a criança aprende a viver longe da redoma dos pais, e como estão significando essas câmeras?

Entendo que se um adolescente de 14 anos que é monitorado por câmeras em sala de aula, diz: *“Vão invadir nossa privacidade, impedindo a gente de fazer bagunça e dar uns*

*beijinhos [...] Vai ser ruim porque todo mundo vai ficar santinho. Ai não tem graça.*”<sup>26</sup>, é porque tem uma representação de escola da qual as câmeras não fazem parte, tem experiência numa escola não monitorada, tem uma percepção de que na escola acontecem coisas das quais os pais não tomam conhecimento, refere-se ao monitoramento como uma invasão a sua privacidade quando menciona que não poderá nem de *dar uns beijinhos*. É importante ressaltar que na escola as crianças e os jovens aprendem para além dos conteúdos disciplinares, como modos de se relacionarem socialmente, ou seja, na posição de aluno, aprendem modos de se comportar, de agir, de se compreender naquele espaço. Então, como estão aprendendo a serem alunas? Se a criança aprende a ser aluno na escola, como será o entendimento de uma criança que passou a vida inteira sendo monitorada? Se essa criança sabe que está sendo observada pelos familiares como ela se comportará? Será que passará a se autogovernar como a professora?

Uma professora entrevistada prevê possíveis ações das crianças que são monitoradas: *“As professoras não achavam bom [o monitoramento em sala de aula] por causa da privacidade, por causa da relação professor- aluno.. [...] os maiores podem tomar consciência do poder que isso dá a eles. Eu não cheguei a trabalhar com os maiores, mas eu acredito sim, que eles tomam a consciência do poder que isso dá e podem usar isso, certamente. E o professor pode não se sentir a vontade com o aluno, eu me senti assim muitas vezes.”* No depoimento a professora menciona que as crianças podem acabar tomando consciência do poder que as câmeras lhes dão e fazer uso desse aparato para coagir o professor, mediante a presença dos pais observadores. Reporto-me a Roseli Hickmann (2002) quando menciona que determinadas responsabilidades vem sendo delegadas as crianças, em nome de uma liberdade e de uma autonomia dos quais essas podem não estar em condições de assumir e desempenhar. Embora a autora se refira ao vínculo entre pais e filho, acredito que na relação entre professor e aluno, as fronteiras do que é da competência do mundo adulto e do que é de competência do mundo infantil, também necessitam estar constantemente demarcadas (idem). Cogito que os discursos pedagógicos têm procurado pensar em um novo tipo de sujeito estudante com novas necessidades e novas capacidades, vêm apostando, segundo Xavier (2002) “no não autoritarismo, na defesa de um clima de liberdade na sala de aula e na construção de relações democráticas e afetivas com os alunos”(p.148). Entretanto, ao colocarmos o planejamento em prática em sala de aula, professoras tem se deparado com a necessidade de prever uma organização e contenção dos alunos. Xavier (idem) aponta que nos

---

<sup>26</sup> Fala de adolescente retirado de uma reportagem intitulada *Big Brother nas escolas divide opiniões*. Disponível em: <http://www.guiadocftv.com.br/modules/news/article.php?storyid=146> Acesso em 05/05/2010.

discursos pedagógicos atuais há um “apagamento” do papel da escola no processo de disciplinamento dos educandos, “há um silêncio sobre as possíveis estratégias a serem adotadas para a formação moral” (p.149). É importante destacar que propostas pedagógicas que visam um aluno auto-disciplinado não estão livres do controle via tecnologias do eu, ou seja, “sujeitos que se controlam a si mesmos em espaços e tempos por eles determinados, ou aprendidos, **parecem**<sup>27</sup> ser mais independentes eficazes e eficientes.” (FOUCAULT, 2008a, p.112). O que ocorre é que a imagem do poder como repressor passa a ser substituída por uma mais positiva.

Acredito que os discursos pedagógicos na promoção de alunos autônomos e independentes podem acabar promovendo justificativas que vão ao encontro dos discursos políticos- econômicos neoliberais, colocando as crianças na posição de cidadãs consumidoras, e como clientes da escola particular, com a razão em coibir a professora (funcionária contratada) diante às câmeras como forma de resistência a sua autoridade.

## **5 ENFIM, ASSIM FIZ...**

Ao chegar o momento de fazer o encerramento da escrita de um texto, fica-me sempre o desejo de ter conseguido atingir as expectativas que criei em torno de sua produção. Com esta monografia não foi diferente. Foram muitas as leituras, muitas páginas (re)escritas, e sinto a necessidade de escrever mais algumas páginas, de aprimorar mais algumas análises, pois, hoje, tenho a sensação de que terem sido pouco exploradas. E, apesar, de ter algumas suposições confirmadas em relação a essa temática, chego ao final com mais perguntas, e com o sentimento de que poderia fazer diferente. Penso que este meu sentimento de “pouco fiz diante de tudo que gostaria” e de poucas “respostas”, advenha daquele sonho moderno de querer achar a essência, a verdade inquestionável e de minha exclusiva autoria. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2008), na pesquisa pós-moderna, diante a queda de todas as certezas, dogmas e propriedade do saber, fica para pesquisadora uma posição mais modesta, de não ser “mais obrigada a dar conta de tudo, não mais obrigada a prescrever uma série de receitas para todas as situações” (p.258). Por experiência própria digo que tal posição não significa uma falta de compromisso, mas coloca a intelectual educacional frente a uma responsabilidade maior, pois “na medida em que [suas] posições deixam de ter um ponto fixo e estável e ficam constantemente submetidas à crítica e à dúvida” (p.257), exige-se uma autoreflexibilidade

---

<sup>27</sup> Grifo meu.

maior, na medida em que tive que tomar cuidado em não matizar alguns discursos em detrimento de outros, e procurar não fazer juízo de valor.

Além disso, penso que ao produzir esse texto, acabei por ser, também, produzida pelo texto que escrevi e pelos outros textos dos quais convivi ao longo dessa trajetória. Encaro as leituras como óculos que me permitiram “olhar” o mundo por outro viés. Foi ao pensar nas tecnologias que me deparei com elas por todos os lados nos lugares mais inóspitos dos quais passava: lavanderia, shoppings, ruas, elevadores. E da minha curiosidade de compreender as razões da utilização das câmeras de monitoramento, nas salas de aula, de crianças menores de 5 anos que, previamente, precisei problematizar a ideia de que já havia vigilância e controle antes mesmo da inserção desta tecnologia nas escolas. Reportei-me a Foucault ao assinalar que tanto o corpo individual como a massa populacional, na modernidade, foram alvo de uma maquinaria para formar corpos dóceis, produtivos e submissos. Amparei-me em Deleuze (1992) ao mostrar que a sociedade disciplinar pensada por Foucault, está se transformando numa sociedade de controle por meio das novas tecnologias, no qual busquei situar as câmeras não somente como artefatos para vigiar como, também, um aparato de controle. Assim, se em *Vigiar e Punir* (2008), Foucault aponta uma transição dos modos de punição e sanção da Idade Média, no estilo de espetáculos (como se vê nos filmes: o povo reunido em praça pública assistindo o carrasco decapitar o prisioneiro), na Modernidade, passa-se a utilizar meios mais sutis de controle social através do controle da massa populacional e pelas rotinas disciplinares do panóptico.

Hoje, as rotinas disciplinares estão presentes na escola: no ato da professora ao fazer o registro dos alunos e hierarquizá-los nas turmas por ordem de tamanho, de idade; classificá-los, nas avaliações por competências, distribuí-los no tempo (numa rotina) a fim de a professora estabelecer um campo de visibilidade sobre cada aluno, mas com a utilização das câmeras há uma amplificação dessa visibilidade. Agora, não só o professor tem uma visibilidade sobre as crianças em sala de aula, mas, também, através câmeras, os pais, os familiares e a direção. Institui-se um olhar do qual não se sabe (o quê), e em que (momento) alguém observará o professor e as crianças poderão, mas que não visa uma visibilidade permanente, e sim, a produção de registros das imagens gravadas.

É importante falar sobre o título desta monografia com a expressão *Little Brother(s)* sobre seu duplo sentido. Primeiramente se refere às crianças e à faixa etária atendida na instituição de educação infantil, mas também, refere-se à forma como o controle se institui através das tecnologias. A vigilância, o olhar do “*Big Brother*”, a figura onipresente que representava o poder opressor do Partido, divulgado nas telenovelas e cartazes, na obra

intitulada 1984 de George Orwell, que olha permanentemente sobre os indivíduos, torna-se apenas mais um olhar nas sociedades de controle. Tudo porque o controle se institui através dos próprios indivíduos que passam a ser “Little Brothers” que controlam uns aos outros, inclusive a si próprios. Nas entrevistas aparecem o controle da professora sobre as crianças, o controle dos pais sobre a professora, o controle da escola sobre a professora, o controle dos pais sobre a escola, o controle da escola sobre os pais, o controle das crianças sobre a professora, e sobre seus pais.

Nas entrevistas pude destacar dois discursos que são aceitos na sociedade neoliberal de consumo e de informação da qual as entrevistadas e a pesquisadora vivem, e que a faz funcionar deste modo, são eles: os discursos médicos e da mídia, mas quero lembrar que os discursos destacados não são os únicos que podem dar uma sustentabilidade às câmeras. Esses discursos justificam as câmeras nas salas de aula, a objetivam em nome de uma segurança, salientando a questão do cuidado à saúde, a (des)confiança no trabalho das professoras e a fragilidade apresentada no silêncio dos bebês (por não terem a condição da fala); bem como, enfatizando o perigo das crianças diante do aumento da violência e apresentando, com positividade, as tecnologias como meio de facilitarem a vida cotidiana e oferecerem proteção.

Todavia, entendo que as entrevistadas e a pesquisadora (pois também estou implicada na sociedade referida) são subjetivadas por esses discursos como a mãe que necessitou colocar o filho numa escola monitorada devido ao medo da violência nas escolas e pela desconfiança de que a criança fosse, novamente, mal tratada; como a diretora que fala em nome da instituição médica (do qual é formada) e conta sobre sua escola segura cercada por muros, grades, e controlada por aparelhos eletrônicos. Outros discursos como os discursos pedagógicos, discursos religiosos, também aparecem nas entrevistas e atuam sobre o corpo da professora, instituem uma auto vigilância em uma das professoras entrevistadas no qual a faz repensar seus modos de agir sala de aula, discursos que a move a resistir a essas tecnologias se escondendo no ponto cego das câmeras. Quanto às crianças, fica a vontade de saber mais, sobre como estão sendo subjetivadas nesse espaço por essa tecnologia? Será que estão se auto vigiam e inventam formas de resistência como a professora entrevistada? O que as crianças têm a dizer sobre essa tecnologia? Já que de acordo com as professoras, as crianças maiores sabem de sua existência e agem sobre os pais (no momento em que pedem para falar com eles ao telefone e olham em direção ao aparelho), podem agir sobre as professoras (na medida em que fazem a professora organizá-las para falar com os pais ao telefone).

Ao finalizar essa monografia penso que outras possibilidades poderiam ter sido traçadas e encaro esse fim como um novo começo, como o primeiro exercício inventivo e compromissado de futuros novos fins e começos. Mas, por enquanto, assim fiz...

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.279 p.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Gama, Cláudia Martinelli. Gama, Mauro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. 272 p.

BERGMANN, Leila Mury. **Quem está olhando as crianças na escola?** Rio de Janeiro, 2009. (texto digitado)

BOTELLO, Nelson Artega. **Orquestração da vigilância eletrônica: uma experiência em CFTV no México**. In: Redes de vigilância: experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.) **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.p.17-35.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Escola infantil: pra que te quero?** In: Educação infantil: pra que te quero?. Porto Alegre: UFRGS. Faculdade de Educação, 2001. p. 13-22

CASTRO Rafael Barreto de; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. **Redes de vigilância: experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano**. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.) **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.p.36-60.

COSTA, Sylvio de S. G. **Educação, políticas de subjetivação e sociedades de controle**. In: MACHADO, Adriana M. FERNANDES, Ângela M.D.; ROCHA, Marisa L. da. (org.) **Novos Possíveis no encontro da psicologia com a educação**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007. p.15-36.

COUTINHO, Karyne Dias. **Resenha de “O mal-estar na pós modernidade” de Zygmunt Bauman**. In: Revista Brasileira de Educação, set-dez, nº018. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, Brasil. p. 138-140

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. In: Conversações. São Paulo: Ed. 34.1992. p.219-226.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Televisão & educação: fruir e pensar a TV**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 159 p.

\_\_\_\_\_. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. 1996. 297 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008a. 262 p.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. p. 474

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. 295p.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade**. v.1 Rio de Janeiro: Graal, 2005.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e a hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.

GALLO, Silvio; VEIGA-NETO, Alfredo. **Ensaio para uma filosofia da educação**. In: Revista Educação - Biblioteca do professor: Foucault pensa a educação. n.º3. Ed. Segmento. s/ano. (p.16-25)

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORE, Mary. BASSANEZI, Carla. História das mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.443-481.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

HALL, Stuart. **A centralidade na cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo**. In: Educação & realidade. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação, 1997. v.22 n.2 jul./dez. p.15-46.

HICKMANN, Roseli Inês. Escola e família: tênues limites da disciplina. In: Disciplina na escola: enfrentamentos e reflexões. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 75-84

MACHADO, Roberto. **Por uma genealogia do poder**. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Trad. e org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2007. p. VII –XXIII.

MARSHALL, James. **Governamentalidade e educação liberal**. In: O sujeito da educação: estudos foucaultianos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 21-34.

Orwell, George. **1984**. 29. ed. São Paulo: Nacional, 2007. 301 p.

Ó, Jorge Ramos do. **O governo do aluno na modernidade**. In: Revista Educação - Biblioteca do professor: Foucault pensa a educação. n.º3. Ed. Segmento. s/ano. (p.36-45)

ROCHA, Cristianne Maria Famer. **A escola na mídia: nada fora do controle**. 2005. [289 p.]: il. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2005.



\_\_\_\_\_. **Espaços escolares: nada fora do controle.** Porto Alegre: UFRGS/FACED/PPGEDU, 2002. (Projeto de Tese de Doutorado)

SANTOS, Cláudia Amaral dos. **Toda boa mãe deve...:** governo das maternidades para a constituição de infâncias saudáveis e normais. 2009. 207 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2009.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **Teorizações sobre a pós-modernidade.** In: Pós-modernidade, cultura e educação. Livro realizado para o curso de especialização da pós-graduação. Ed. Ulbra. 2008. p.37-49.

\_\_\_\_\_. **O discurso médico na promoção de biopolíticas endereçadas as mães.** In: Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder. Florianópolis. 2008.p.1-7.

SILVA, Cassiana Oliveira da. **Câmeras de monitoramento na educação infantil : o olhar docente.** 2009. 30 f. Trabalho de conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre, BR-RS, 2009.

SILVA, Neemias Oliveira da. **Tecnologia e controle social.** Disponível em: <<http://www.modernidade.hpg.ig.com.br/panoptico.html>> Acesso em 18/ 02/2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O adeus às metanarrativas educacionais.**In: O sujeito da educação : estudos foucaultianos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 247-258

VEIGA - NETO, Alfredo José da. **Foucault & a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 191 p.

\_\_\_\_\_. **Coisas do governo....** In: Rago, Margareth. Orlandi, Luiz B. Lacerda. Veiga-Neto, Alfredo José da. **Imagens de Foucault e Deleuze : ressonâncias nietzschianas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34

XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas. **Os incluídos na escola:** a negação do processo de disciplinamento. In: **Disciplina na escola: enfrentamentos e reflexões.** Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 145-157

ZERO HORA. Porto Alegre. **Caderno especial guia nas escolas.** 11ª ed. 2009.